



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Célula de Desenvolvimento Regional e Planejamento Participativo

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 – 2011
1^{as} OFICINAS REGIONAIS

“O CEARÁ QUE QUEREMOS – RESPEITANDO A DIVERSIDADE REGIONAL”

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

RELATÓRIO DAS OFICINAS
Município sede do evento: Fortaleza

JUNHO / 2007

OFICINA DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 - 2011 MACRO REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

DADOS DA OFICINA

Data: 06 de Junho de 2007, Sexta - feira
Local: Sede Fortaleza – Centro Espiritual Uirapuru - CEU
Horário: 08:00 – 19:00

OBJETIVO:

“Discutir os temas críticos e as propostas de solução da região “

METODOLOGIA DE TRABALHO:

Palestras, discussões em plenárias e trabalhos em grupos

PARTICIPANTES:

Estiveram presentes 230 lideranças da região das esferas governamentais em nível municipal, estadual e federal, empresários e representantes de entidades patronais, representantes de entidades de trabalhadores, ONGs, institutos de pesquisa, escolas técnicas, universidades públicas e privadas, representantes do poder legislativo e judiciários e estudantes.

RESULTADOS:

Os principais resultados da Oficina, poderão ser vistos e estão abaixo elencados por tema:

- ✓ Educação e Ciência e Tecnologia
- ✓ Cultura, Turismo, Esporte
- ✓ Assistência Social
- ✓ Saúde
- ✓ Segurança pública e justiça
- ✓ Agricultura Familiar, Agronegócios, Indústria e Serviços
- ✓ Infra-Estrutura/Recursos Hídricos
- ✓ Habitação, Saneamento e Meio Ambiente
- ✓ Dimensão Político - Institucional.

RESULTADOS DA OFICINA

Sede: RMF

MUNICÍPIOS PRESENTES: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2008 – 2011

1^{as} OFICINAS REGIONAIS – “O CEARÁ QUE QUEREMOS – Respeitando a Diversidade Regional”

MATRIZ ANALÍTICA DOS TEMAS CRÍTICOS

REGIÃO: Região Metropolitana de Fortaleza

DATA: 06/06/07

LOCAL: Fortaleza

RELATOR: José Roberto Beserra de Araújo

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Educação Básica

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Qualidade da Educação	
- Dificuldade de aprendizagem dos estudantes	- Trabalhar a educação contextualizada, a partir da educação do campo - Incentivar a participação dos estudantes a partir dos jogos educativos
- Ineficiência da educação pública, apresentando uma dicotomia em relação à escola privada	- Implementar ações na área da cultura e esporte nas escolas, de forma a integrar as diversas áreas (jornadas) - Implementar um sistema de tecnologia educacional nas escolas, garantindo a estrutura, equipamentos (computadores, etc), profissionais
- Baixa qualidade no ensino	- Garantir parceiros entre municípios e Estado para financiamento, garantindo que os municípios atinjam as metas estabelecidas pelo MEC – Referencial Curriculares Básicos (RCB) - Implementar um sistema de avaliação formativa em todo sistema escolar
Acesso à Educação	
- Problema no acesso de crianças na educação infantil, na faixa etária de 0 a 5 anos - Evasão escolar	- Garantir o acesso de crianças de 0 a 5 anos na educação infantil.

- Déficit de vagas para creches.	
- Precariedade do transporte escolar no ensino fundamental e médio.	- Financiamento do transporte escolar - Garantir o adequado transporte escolar.
- Inadequação das escolas à realidade social, os projetos político pedagógico não dialogam com a realidade.	- Garantir a infra-estrutura e equipamentos para educação infantil
- Adequar a infra-estrutura das escolas para favorecer a qualidade da educação.	- Ampliação, construção e fortalecimento das escolas agrícolas - Construção de Vila Olímpica e Centros Comunitários - Escola com equipamentos públicos adequados
- Déficit de escolas (demanda de escolas).	- Construção das escolas de ensino médio, fundamental e creches - Construção de Liceus
- Falta de acessibilidade para inclusão de crianças e adolescentes pela inadequação das estruturas nas escolas.	- Adequar as estruturas nas escolas para garantir a educação inclusiva, ou seja, a acessibilidade.
- Falta recursos / financiamento das estruturas das escolas profissionalizantes.	- Garantir o funcionamento e manutenção das escolas profissionalizantes.
Valorização dos Profissionais da Educação	
- Desvalorização da remuneração / salário dos profissionais da educação	- Valorizar a remuneração dos profissionais da educação
- Falta de compromisso de alguns profissionais com a educação pública.	- Formação para profissionais da educação para garantir a educação inclusiva
- Falta de capacitação para o secretariado escolar.	- Capacitação para os (as) secretários (as) escolares
Gestão	
- Falta apoio do Estado para os municípios	- Maior acompanhamento do Estado com relação ao apoio financeiro para os municípios executarem os projetos e programas

	- Direcionamento prioritário dos recursos do FECOP e PROARES para a educação
	- Capacitação para os gestores públicos com foco na captação de recursos e gerenciamento dos recursos públicos
- Falta de continuidade e implementação dos projetos e planos de educação	- Dar continuidade aos planos e GID realizados
- Insuficiência e atraso no repasse de recursos para o transporte escolar.	- Definir linhas de financiamento com parceria entre Municípios e Estado
	- Implementação dos mecanismos de controle com relação às verbas da educação, com o objetivo de inibir e punir a corrupção nesse setor
Cidadania	
- Falta de incentivo / motivação das famílias sobre a importância da educação.	- Ampliação e fortalecimento das escolas famílias agrícolas
	- Formação com as famílias
- Alto índice de violência nas escolas.	- Política de formação para a cidadania.
	- Fiscalização nos exames de admissão dos estudantes para escolas militares

RELATOR: Fernanda Pâmela

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Educação Profissionalizante, Agrotécnica Superior, Ciência e Tecnologia

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Educação profissionalizante	
- Não existe oferta da educação profissionalizante em alguns municípios da RMF	- Criação de escolas profissionalizantes
	- Integrar a educação profissional ao ensino médio.
- A oferta de educação profissionalizante é insuficiente para atender à demanda.	- Ampliar o número de vagas

- Inadequação da oferta em relação às vocações e potencialidades regionais	- Mapear a demanda regional.
	- Ampliar a oferta.
	- Redimensionar o papel dos CVT's
- Dificuldade de estágio/residência na formação do aluno dos cursos profissionalizantes	- Parcerias das Empresas/Estado com os cursos profissionalizantes, para oferta de estágio
	- Estágio (residência) rural (agronegócio e agricultura familiar)
- Dificuldade do aluno de baixa renda concluir o ensino básico e/ou curso profissionalizante	- Programa de bolsa de estudos para aluno de baixa renda com recursos do FECOP
- Desarticulação entre educação básica e a educação profissional	- Integrar a educação profissional ao ensino médio
	- Maior articulação entre a SEDUC e SECITECE
Ensino superior	
- Falta de incentivo e investimento à pesquisa e extensão	-Ampliação do orçamento para universidades públicas, com controle social
- Avanço da privatização nas universidades públicas	- Regulamentar os institutos e associações que prestam serviços via universidades públicas com controle social, priorizando o caráter público e gratuito
- Número de vagas limitada para as universidades públicas	- Criar mecanismos para ampliação de vagas
	- Reforçar cursos em período noturno
- Centralização da oferta do ensino superior da capital	- Ensino superior nos municípios da RMF
- Poucos alunos da Escola Pública na UECE da RMF	- Criar cotas para alunos egressos das escolas públicas estaduais
- Falta de instituição gestora de inovação tecnológica para o agronegócio/agricultura familiar	- Criar agência de inovação tecnológica para o agronegócio/agricultura familiar
Sugestões da Plenária	
	- Que o governo estadual e/ou municipal inclua mecanismo de obrigatoriedade da oferta de vagas para jovens – 1º emprego, por parte das empresas contempladas com incentivos fiscais
	- Revitalizar a oferta de cursos profissionalizantes nos CVT's através de parcerias com os setores industriais, comerciais e de serviços. O poder público disponibiliza instalações e os parceiros financiam cursos de seu interesse

RELATOR:**IDÉIA – FORÇA:** Sociedade Justa e Solidária**ÁREA TEMÁTICA:** Turismo, Cultura e Esporte

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Turismo	
- Descontinuidade e deficiência das ações promocionais do turismo cultura e esporte	- Promover campanhas promocionais e mercadológicas dos aspectos turísticos, culturais e esporte (Ex. Folders, participação em feiras, mídia)
- Deficiência na implementação da política de interiorização do turismo	- Eficiência na interiorização do turismo através de elaboração de roteiros turísticos e divulgação junto às agências de viagem - Potencializar as ações nos demais municípios
- Desarticulação entre os municípios da RMF na construção de uma agenda turística, cultural e esportiva	- Construção de uma agenda cultural, turística e esportiva, com a devida divulgação
- Inexistência de um Centro de eventos compatível com a realidade atual do Estado	- Construção de um Centro de Feiras e Eventos (que não seja dentro mar)
- Aeroporto saturado	- Ampliação do aeroporto Pinto Martins
- Desestruturação das principais equipamentos turísticos da RMF	- Requalificação dos principais equipamentos turísticos da RMF. (Ex. praia de Iracema, Morro Santa Terezinha)
- Carência de mão-de-obra qualificada para o turismo, cultura e esporte	- Qualificação da mão-de-obra empregada no turismo, cultura e na atividade esportiva através de capacitação profissional
- Inoperância do sistema de segurança	- Garantir a segurança do turista com medidas de ampliação do contingente de policiais em locais de grande atrativo turístico
- Deficiência no combate à rede de prostituição infanto-juvenil	- Criação de Programas e de Projetos de atendimento às vítimas de exploração sexual infanto-juvenil através da implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Vidência e exploração sexual
Cultura	

- Inexistência de projetos que trabalhem a cultura do Ceará nas escolas públicas	- Criação de projetos focados na cultura e que sejam trabalhados nas escolas públicas
- Ausência de escola de formação que atenda todas as leituras culturais	- Construção de escolas de formação que atendam as várias leituras culturais
- Pouco incentivo às manifestações populares	- Financiamento para grupos populares - Promover e desenvolver calendário de manifestações
- Subutilização dos equipamentos culturais da RMF	- Ampliação das agendas de atividades culturais para utilização dos equipamentos culturais
- Inoperância da Política da CEART	- Reestruturação na política de apoio à produção , comercialização e ao artesanato
Esporte	
-Ausência ou insuficiência de projetos e atividades esportivas (escolas, associações, ABC)	Implementação de ações / projetos esportivos nas escolas, associações, etc.
- Ausência de incentivo e de infraestrutura física para práticas de esportes radicais de aventura, artes marciais em áreas públicas	- Construção de equipamentos de infra-estrutura física para prática de esporte em áreas públicas para atender às populações de baixa renda, prioritariamente crianças e adolescentes
- Ausência de apoio financeiro às entidades e ligas que desenvolvem práticas esportivas	- Destinação de recursos às entidades e ligas esportivas para o desenvolvimento das práticas esportivas
- Ausência de apoio financeiro para atender alimentação e transporte do esportista	- Destinação de recursos, através de instrumentos legais, para atender à alimentação dos esportistas ligados às entidades comunitárias
Sugestões da Plenária	
	- O retorno dos jogos escolares públicos nos moldes do antigo FESTAL – Festival de Talentos das Escolas Públicas, ao invés do modelo atual que contempla a participação das grandes escolas particulares com enorme desigualdade e restrito às competições esportivas, excluindo as atividades culturais.

RELATOR: Larissa Gaspar

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Assistência Social

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Mulher	
- Violência contra a mulher	- Criação de delegacias de defesa da mulher, de casa – abrigo, de centros de referência, implantação dos juzizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher - Divulgação da Lei Maria da Penha
- Tráfico de mulheres e turismo sexual	- Implantação de uma política efetiva de prevenção e enfrentamento ao tráfico de mulheres e do turismo sexual
- Ausência de política de geração de emprego e renda para as mulheres	- Elaboração de um programa de geração de emprego e renda pra mulher, que garanta qualificação, fomento (recursos): crédito, assessoria técnica permanente, tendo como eixo a economia solidária
- Saúde da Mulher	- Implementar a notificação compulsória - Impementar o serviço de aborto legal nos hospitais (capacitação dos profissionais de saúde) - Aumentar a oferta de mamografias e de exames preventivos do câncer da mama e colo de útero
- Educação para igualdade	- Inserir a disciplina de direitos humanos nos currículos educacionais (recomendação da Lei Maria da Penha) - Aumento do número de creches
- Participação das mulheres	- Tornar o CCDM paritário e deliberativo e que a composição do Conselho seja indicada pela sociedade civil e governo - Criação da Secretaria Estadual de mulheres
Raça, Etnia e Diversidade sexual	
- Raça e Etnia (anemia falciforme, falta de um diagnóstico, falta de uma política de promoção da igualdade étnico-racial)	- Elaboração de uma política efetiva de promoção da igualdade étnico-racial - Realização dos exames de anemia falciforme - Elaboração de um diagnóstico da população étnico-racial - Cotas para negros
- Diversidade sexual (homofobia e	- Elaboração de uma política efetiva de combate à homofobia (capacitação de profissionais, realização

violência)	de campanhas educativas em escolas junto aos profissionais da SSPDS
Idoso	
- Insuficiência orçamentária	- Ampliação do percentual para atendimento ao idoso
- Não efetividade do estatuto do idoso (desconhecimento e falta de divulgação)	- Realização de campanhas educativas, seminários para divulgação e conhecimento da sociedade sobre o estatuto do idoso
- Abuso das instituições financeiras em conceder empréstimos, sem critérios com presença de atravessadores, morosidade do Ministério Público em atender denúncias de violência ao idoso	- Articular o Ministério Público, instituições governamentais e sociedade civil para elaborarem propostas de enfrentamento
Pessoas com Deficiência	
- Falta de acessibilidade aos equipamentos públicos	- Estruturar os equipamentos públicos garantindo a acessibilidade das pessoas com deficiência
- Falta de acesso aos serviços públicos (Educação, saúde, trabalho, transporte, etc)	- Criar políticas públicas efetivas para assegurar os direitos da pessoa com deficiência
- Falta de acompanhamento às famílias de pessoas com deficiência por parte da assistência social	- Programas de atendimento psicossocial às famílias e pessoas com deficiência
	- Criação de centros de referência
Juventude	
- Não há participação da juventude na proposição/execução de PPJ	- Implantar o Conselho Estadual de Juventude
	- Implantar Centros de Referência da Juventude
- Não há política de saúde para juventude	- Centro de referência metropolitano de saúde da juventude (saúde sexual e reprodutiva e drogadição)
- Analfabetismo juvenil	- Plano de erradicação do analfabetismo juvenil
	- Programa de transferência de renda
- Abandono escolar dos jovens	- Incentivo financeiro para a juventude através da oferta de estágio remunerado e continuidade do estudo escolar (contrapartida).

- Não há uma política estruturada de cultura, esporte e lazer para juventude	- Criar uma política de cultura, esporte e lazer para juventude
	- Equipamentos de esporte, cultura e lazer para juventude
- Ausência de política permanente de inserção no mercado do jovem.	- Programa de crédito para juventude
	- Priorizar com mecanismos institucionais fixar os jovens nas linhas de desenvolvimento estratégico (atração de empresas, investimento, licitações)
- Deficiência na formação profissional da juventude	- Trabalhar aspectos comportamentais na qualificação.
	- Descentralizar a qualificação em parceria com o município
	- Equilíbrio na oferta e demanda do mercado x formação
- Falta da qualidade de ensino público para juventude	- Qualificação dos professores
	- Equipar melhor as escolas
- Dificil acesso dos jovens da escola pública ao ensino superior	- Ampliar o número de vagas nas universidades
	- Cursos pré-vestibulares para alunos da rede pública
	- Campus da UECE (extensão) nas cidades da RMF
Criança e adolescente	
- Desarticulação das políticas de prevenção e combate ao consumo de drogas (lícitas e ilícitas) para crianças e adolescentes.	- Estimular a integração e intersetorialidade dos diversos programas e ações para crianças e adolescentes em níveis municipal, estadual e federal
- Falta uma política de atendimento às crianças e adolescentes drogaditos, principalmente pela ausência de unidades de atendimento especializadas aos usuários e seus núcleos familiares	- Criar unidades terapêuticas regionalizadas
- Inexistência de uma política efetiva de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial nas áreas turísticas, e de grandes	- Garantir ações de implementação e efetivação do Plano Estadual de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes

empreendimentos, principalmente no complexo portuário e Industrial do Pecém	
- Existência de vários problemas sociais decorrentes da instalação do complexo portuário e industrial do Pecém, como: alcoolismo, insegurança, prostituição, etc.	- Implantar políticas de combate aos efeitos sociais
	- Efetivar políticas de assistência social específicas e intensivas na região
- Ausência de uma política de saúde relativa à saúde sexual e reprodutiva, planejamento familiar, gravidez precoce, combate à aids/DST	- Centro de Referência de Saúde Metropolitano para Adolescentes e Jovens
- Violência contra a criança e adolescente	- Governador convocar o Judiciário e o Ministério Público e outras instituições para formalizarem um pacto pela garantia dos direitos da criança e do adolescente
- Não há política efetiva de erradicação do trabalho infantil	- Implantar e efetivar o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil
- Ausência de uma política efetiva de atenção a jovens em regime sócio-educativas	- Implantar e efetivar o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo
- Ausência de uma política efetiva para esporte, cultura e lazer	- Equipamentos de esporte, lazer e cultura (criação e manutenção)
	- Criar e manter programas articulados
- Violência policial	- Sensibilizar os policiais e capacitá-los em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente
	- Garantir a responsabilidade em caso de violação de direitos.
- Fragilidade nos Conselhos de Direitos	- Fortalecer o Conselho como espaço demográfico de deliberações e proposições de políticas
	- Fortalecer os fundos estaduais dos direitos de crianças e adolescentes e assistência social com garantias de recursos do tesouro
- Inexistência de delegacias especializadas	- Criar e manter delegacias especializadas regionalizadas – 24 horas
	- DECECA (Defesa) e DCA (responsabilização)
- Crianças e adolescentes em situação de rua	- Elaborar, implementar e efetivar o Plano Estadual de Convivência Social e Comunitária
	- Criar e fortalecer programas multidisciplinares de atendimento à criança e adolescente em situação de

	risco e de rua
- Não priorização da criança e do adolescente no orçamento público	- Destinar recursos prioritários à criança e adolescente conforme ECA - Participação popular na discussão e elaboração das Leis orçamentários, incluindo segmento crianças e adolescentes
- Falta de transparência dos gastos públicos.	- Criar mecanismos de controle social do orçamento público
Sugestões da Plenária	
.	- Criar a Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as mulheres
	- Criar um GT de enfrentamento à violência doméstica com a participação dos governos (Estadual e Municipal) dialogando com os movimentos de mulheres
	- Estabelecer parceria com o governo federal e empresas estatais para a ampliação do projeto Brasil de Inclusão Digital, estruturando um telecentro específico para as mulheres de baixa renda
	- Erradicar a morbi-mortalidade nos municípios garantindo a implementação do pacto nacional de redução de mortalidade materna
	- criar um comitê estadual de controle da maternidade materna
	- Elaborar e implementar um plano de políticas públicas estadual para as mulheres em consonância com o plano nacional

LOCAL: Fortaleza

RELATOR: José Cid Dantas Lopes

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Segurança e Justiça

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Insuficiência do efetivo policial	- Concurso público para policiais militar, civil e bombeiro
- Inexistência de fóruns, conselhos e redes	- Implantação de conselhos
	- Reativar e fortalecer os conselhos, fóruns e redes existentes - Criar uma rede de proteção, prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher no Estado, articulando serviços de órgãos e secretarias do governo, envolvendo: Assistência médica, social e psicológica, atendimento jurídico e de proteção e segurança e ações de promoção de educação e

	<p>cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar e reativar conselhos de defesa social - Universalização do acesso à justiça - Criação de núcleos de defensoria a cada 5.000 (cinco mil) habitantes - Implantação de núcleos especializados no atendimento à criança, adolescente, idoso e a mulher - Fortalecimento do núcleo da defensoria de atendimento ao preso (Delegacia/Presídio)
- Pouco acesso à justiça	
- Falta de defensores públicos por comarca	- Concurso público para defensor público
- Inexistência de delegacias distritais/especializadas	<ul style="list-style-type: none"> - Criar delegacias especializadas da mulher; criança e adolescentes; do idoso e do turista (intinerantes) - Criar delegacias distritais para bairros
- Falta de humanização na área de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Plano de Cargos e Carreiras para policiais - Capacitação profissional e educação com recorte de gênero e incentivo para qualificação
- Falta de juizados especiais de violência contra a mulher e crianças e adolescentes	- Criação de juizados especiais da criança e do adolescente e mulheres
- Inexistência de disque denuncia/ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> - Criar disque denúncia para os outros municípios metropolitanos - Cria ouvidoria com participação da sociedade
- Inexistência de campanhas educativas na área de segurança e justiça	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer campanhas educativas permanentes na área de segurança pública nas escolas, com a participação das polícias: civis, militares e bombeiros - Campanhas permanentes da celeridade dos processos e justiça social - Campanhas sobre a Lei Maria da Penha - Campanha educativa contra a corrupção ativa e passiva nos órgãos de segurança pública e justiça
- Ineficiência no combate à prostituição infantil	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha permanente de combate a prostituição infantil - Implantar equipes multidisciplinares no poder judiciário/segurança
- Inexistência de quadros multidisciplinares na área da segurança pública/defensoria.	- Criar rquadro multidisciplinar na área de segurança pública (Assistente social, psicólogo e psiquiatra)
- Falta de infraestrutura/equipamentos na área de	- Construir presídios, delegacias, casa de abrigo, centro educacional para menores, sede da defensoria (própria)

segurança e justiça	- Compra de viaturas
	- Construir unidades de segurança pública integrada (USI)
	- Aquisição de equipamentos de informática para integração da segurança com a justiça.
- Ineficiência da delimitação da área de atuação da segurança.	- Revisão do mapeamento da delimitação da área de atuação da segurança com participação da população
- Insuficiência de apoio ao egresso e presidiário	- Fortalecimento das atividades produtivas
	- Criar centros de capacitação profissional
	- Criar um cadastro com banco de dados para recolocação profissional dos presos
Sugestões da Planária	
	- Criar programa de Reforço Familiar por Quarteirão
	- Municipalizar a segurança
	- Intersectorizar as políticas de segurança pública
	- Regionalizar a segurança pública em todo o Estado do Ceará
	- Implantar Projeto Piloto do Quarteirão na Região Metropolitana
	- Criar uma Sub-Secretaria ligada à Secretaria de Justiça, unindo assim, a promotoria ao tribunal de justiça, OAB e direitos humanos com acompanhamento de psicólogo, assistente social, psiquiatra e sociedade civil, criando assim, a Sub-Secretaria de análise prisional, para que qualquer preso antes que ganhe o alvará de soltura, seja avaliado por todos os membros juntos, sabendo assim, se o mesmo é digno de reintegrar-se ao convívio social
	- Desintegração das áreas metropolitanas do Ciops. As ocorrências deverão ser registradas pelo nº 190 de cada batalhão, depois é que os dados serão encaminhados ao Ciops, ou então, melhorar a reestruturação do Ciops para suprir a demora nas viaturas
	- Implantação de uma DP Distrital para Jatobar, suprimindo assim a carência para aquelas comunidades
	- Batalhão de Maracanaú, uma Delegacia no Bairro Jatobar
	- Ronda do Quarteirão nas áreas metropolitanas
	- Telefone para cada município acionar as ocorrências policiais
	- Garantir vale refeição para os policiais que trabalham e que estão na ativa
	- Garantir um salário digno, colocar câmara filmadora diretamente para o CIOP

RELATOR: Enayanne Matos de Souza

IDÉIA – FORÇA: Sociedade Justa e Solidária

ÁREA TEMÁTICA: Saúde

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Superlotação do IJF e HGF	- Construção de hospitais regionais - Construção de hospital na RMF, com especialidades e serviços a pacientes com câncer, portadores de doenças cerebrais, e um hospital da mulher, que sejam unidades estaduais, e não serviços terceirizados
- Insatisfação no atendimento do Programa Saúde da Família	- Fiscalização da aplicação dos recursos no PSF
- Baixo repasse de medicamentos	- Ajuste no repasse de medicamentos (alto custo e crônico) - Regionalização dos medicamentos especializados e de alto custo (crônico, tuberculose etc.)
- Baixa transferência de recursos	- Que haja transferência fundo a fundo pelo Estado - Que o Governo estadual garanta mais recursos para os municípios
- Faltam centros de apoio aos portadores de DST e AIDS na RMF	- Construção de centros de apoio para portadores de DST e AIDS na Região Metropolitana
- Não existe equipe multidisciplinar no PSF	- Assegurar o atendimento nas Unidades de Saúde para as pessoas com deficiências (profissionais especializados) e construir um centro de especialidades médicas na Região Metropolitana
- Dificuldade de atendimento e acesso para as pessoas com deficiências	
- Falta de profissionais de saúde	
- Falta de saneamento básico e ambiental	- Implantar saneamento básico para a população de baixa renda - Implementar ações punitivas e educativas por parte da vigilância ambiental
- Não efetividade da PPI (Pactuação Programada Integral)	- Cumprimento efetivo da PPI, com repasses coerentes da realidade nos serviços de saúde
- Deficiência de equipamentos de saúde (hospitais, UBS, CAPS,	- Construção de CEO's nas micro regionais metropolitanas - Aquisição de mais equipamentos no HGF (emergência)

CEO, centro especial médico)	- Aquisição de equipamentos do Estado que garantam consultas especializadas sem ser serviços privados ou filantrópicos, pois consomem muito recurso da saúde.
- Aumento de consumo de drogas	- Implantar serviços regionalizados de atendimento a dependentes químicos (saúde mental) - CAPS
- Falta de ambulâncias para pacientes em geral, e, carros para pacientes de DST e AIDS	- Implantação do SAMU regional (Serviço de Urgência e Emergência) para dar suporte a estes pacientes
- Deficiência de recursos para pacientes de hemodiálise	- Implantar os serviços de hemodiálise no Centro de Especialidades Médicas - Garantia de transporte para pacientes
- Baixo trabalho educativo e de promoção da saúde ocupacional nos diversos setores (indústria, comércio, etc)	- Ampliar os trabalhos de ação preventiva e promoção da saúde - Implantação de CEREST nas regiões
- Falta de fiscalização em vigilância à saúde (Estado/Município).	- Ampliar as ações de vigilância à saúde nas regiões - Fazer parcerias com indústria, comércio, CDL, sindicatos, federações, para promover saúde (ex: combate à dengue) - Ações de fiscalização punitiva e educativa ambiental no comércio, indústria e outros setores
- Falta de fiscalização dos recursos da saúde	- Incentivar e educar os Conselhos Estaduais de Saúde
- Falta de incentivo para ações da dengue	Ampliar ações de educação popular de combate à dengue

RELATOR: Zito

IDÉIA – FORÇA: Economia para uma Vida Melhor

ÁREA TEMÁTICA: Agricultura e Pesca

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Exclusão das mulheres e dos jovens nos processos produtivos	- Capacitação, construção de creches em tempo integral, maior acesso das mulheres trabalhadoras rurais aos recursos técnicos e financeiros para agricultura familiar - Elaboração de programa de apoio à juventude rural (Capacitação PRONAF, jovem, educação contextualizada)

- Falta de democratização do acesso à água	- Construção de poços profundos, pequenos açudes, construção de cisternas de placas, barragens subterrânea, etc.
- Sistema viário deficiente para escoamento da produção	- Assegurar trafegabilidade durante todo o ano das estradas vicinais da RMF
Deficiência e Insuficiência das políticas públicas em relação à segurança alimentar e nutricional e da Assistência Técnica (ATER)	- Ampliação e aperfeiçoamento do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural
	- Qualificar e ampliar a ATER (governamental e não governamental) adequando-a ao desenvolvimento da produção agroecológica para agricultura familiar (reabertura dos escritórios da EMATERCE nos municípios não atendidos e abertura de novos)
Dificuldade do Acesso ao Crédito para apoiar as atividades agropecuárias	-Ampliar a quantidade de produtos da Agricultura familiar para indexar as dívidas contraídas dos projetos no âmbito do PRONAF
Problemas de acesso à terra e dificuldades da regulamentação fundiária	-Criar um programa para recuperação dos assentamentos rurais inadimplentes
	-Fomentar a institucionalização do arrendamento de terra, com parceira:prefeitura x proprietários x agricultores
Deficiências nas políticas direcionadas ao fortalecimento da agropecuária e Agricultura Familiar com alocação de recursos desproporcionais em relação a agroindústria e indústria	- Busca da paridade na alocação de recursos para agricultura familiar e agronegócio
	- Aumento do percentual orçamentário destinado ao setor primário
	- Capacitação, construção de creches em tempo integral, maior acesso das mulheres trabalhadoras rurais aos recursos técnicos e financeiros para agricultura familiar
	-Incentivar os empreendimentos da economia solidária
Problemas relacionados ao atual zoneamento agrícola e a falta de apoio a política de convivência com o semi-árido apoio a agroecologia	-Estimular a certificação participativa dos produtos da economia solidária
	-Criar centro de pesquisa aplicada, com base nos princípios da agro ecologia
Baixo nível de aproveitamento dos mananciais hídricos para atividades produtivas	-Programa de formação e capacitação continuada com base nos princípios da agro ecologia
	-Conceder terras das bacias hidrográficas dos açudes e canais públicos para que seja explorado pela Agr. familiar(Área CAGECE)

RELATOR:**IDÉIA – FORÇA:** Economia para uma Vida Melhor**ÁREA TEMÁTICA:** Indústria/Comércio/Serviços

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Política de Incentivos Fiscais	- Revisão do regime de política de incentivo fiscais
	- Melhoria do ambiente de negócios com desburocratização institucional
	- Ampliação de Base Tributária com redução do tributos/alíquotas
	- Incentivos a relação comercial interna: governo e agentes produtivos
- Política de modernização econômica	- Apoio aos pequenos e microempresários
	- Investir na qualificação profissional
	- Estimulo à inovação tecnológica
	- Revisão das normas de participação nos fundos de desenvolvimento
	- Estimulo do processo de exportação: interno e externo
- Plano de desenvolvimento regional metropolitano	- Elaboração do plano de desenvolvimento interligado na RMF
- Plano estratégico portuário	- Complementar as ações de integração entre os portos do Pecém e o porto de Fortaleza.
	- Revisão e ajuste da matriz econômica do complexo industrial e portuário do Pecém
- Proposta de Inclusão Social	- Incentivo legal à política de inclusão social
	- Estimular políticas de responsabilidade social (empresa e governo)
	- Estimular o marco legal para garantia do 1º emprego (jovens)
- Infra-estrutura de transporte	- Buscar o entendimento com o governo federal para cumprimento das ações contidas no PPA federal
	- Otimizar a integração dos sistemas de transporte na RMF (Carga/Passageiros)
- Repensar Matriz energética	- Diversificação de matriz energética do Estado (produção/distribuição/consumo)
- Plano Diretor de Logística	- Elaboração do Plano Diretor de Logística
- Infra-estrutura de comunicação	- Universalizar o sistema de telefonia
	- Potencializar a infra-estrutura de comunicação existente

- Instrumento de integração metropolitana	- Criação de agência de desenvolvimento metropolitano
- Saneamento e meio ambiente	- Saneamento e meio ambiente considerando necessidades de desenvolvimento sustentável
Sugestões da Plenária	
	- Criação de Projetos/Programas de energia alternativa (solar) para implantar nos pólos esportivos, hospitais regionais, centros culturais e outros equipamentos de grande demanda de energia elétrica

RELATOR: Adelaide Ferreira Campos

IDÉIA – FORÇA: Economia para uma Vida Melhor

ÁREA TEMÁTICA: Habitação/Saneamento

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Alto déficit habitacional	- Programas de Planejamento familiar
	- Programa de fixação do homem do campo evitando o êxodo rural
	- Planejamento urbano
	- Reforma agrária
- Falta de um fundo de terra	- Criar um fundo de terra
	- Criar um fundo de habitação de interesse social que garanta acesso à moradia e reformas de famílias carentes com recursos do FECOOP
- Venda de imóveis dos beneficiários de casas populares e volta ao lugar de origem e invasão de novas áreas	- Criar um cadastro único de beneficiários de casas, impedindo a venda dos imóveis
	- Urbanização das áreas remanescentes
	- Realizar um trabalho social que compreenda a geração de trabalho e renda, equipamentos sócias, convivência comunitária no período de 3 anos
- Criar programas de habitação e interesse social garantindo para mulheres direito a terra e moradia, com ações afirmativas para mulheres em especial de baixa renda, negras, índias, quilombolas e em situação de vulnerabilidade social, chefes de famílias, soropositivas, desempregadas, ex presidiárias, idosas deficientes dentre outras	
- Projetos de moradias engavetados por questões políticas	- Reativar os projetos – Lameirão, Farol Novo 2, Gengibre, Parque Jerusalém e similares no Estado do Ceará
- Precariedade dos imóveis	- Garantir financiamento solidário para reforma de habitação em áreas ribeirinhas, mangues, dunas,

	respeitando a cultura local e legislação ambiental
- Construção de banheiros	- Construir unidades sanitárias nas periferias e municípios com déficit
- Regularização fundiária	- Criação de uma comissão permanente de regularização fundiária
	- Tutorização de terra no nome da mulher
- Falta de negociação dos mutuários da caixa inadimplentes	- Intervenção do Estado na negociação, evitando despejo e criação de novas áreas de invasão
- Número de imóveis e terras desocupadas	- Desapropriar os imóveis e terras para programas de habitação de interesse social
- Urbanização e regularização de assentamentos precários	- Urbanizar a colônia Antônio Justa
	- Assegurar recursos para contra partida do Estado para implementação
	- Ampliação de mínimo 100% de rede de saneamento básico, rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Lixo e sua destinação	- Garantir recursos em parceria com a RMF e o governo do Estado para o tratamento e destinação dos resíduos sólidos
- Falta capacitação dos líderes comunitários	- Encontros trimestrais para capacitação das lideranças envolvidas
Sugestões da Plenária	
	- Casas de taipa existentes nas zonas rurais das Regiões Metropolitana
	- Rever a postura e ação da polícia nas ocupações, que agem com extrema violência, tentam retirar a população sem ação judicial
	- Reintegração de posse do terreno/imóvel
	- Facilitar o acesso das populações de ocupações ao judiciário
	- Substituir invasão por ocupação onde tiver moradia, acres de interesse social

RELATOR: Marcelo Saraiva Gondim

IDÉIA – FORÇA: Economia para uma Vida Melhor

ÁREA TEMÁTICA: Meio Ambiente

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
- Deficiência no acompanhamento / fiscalização/monitoramento dos empreendimentos de impacto	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente
- Falta de integração entre Municípios/Estado para licenciamento.	- Implantar o SISNAMA no estado e nos municípios
- Falta de integração dos municípios na gestão dos recursos naturais e hídricos	
- Falta de indicadores	- Implantar o Sistema Estadual de Informações Ambientais
- Falta de conhecimento e participação da sociedade dos rios metropolitanos	- Criar “espaços” para exposição e discussão dos projetos de intervenção
	- Submeter os projetos de recuperação dos rios metropolitanos à consulta popular
- Poluição e ocupação inadequada do riacho Dom Lustosa	- Submeter os projetos de recuperação dos rios metropolitanos à consulta popular
	- Criar projetos de recuperação dos mananciais metropolitanos
- Extração de pedras na Serra da Aratanha	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente
	- Implementar política estadual de manejo dos recursos minerais
- Falta de continuidade nas ações do governo.	- Elaborar planos diretores de forma regionalizada – Região Metropolitana (Saneamento Ambiental, Drenagem, Resíduos sólidos, dentre outros)
- Falta de órgão para cuidar da proteção do meio ambiente	- Reorientar a política dos órgãos ambientais, tendo como prioridade a proteção ambiental
- Criação de camarão em cativeiro com impacto ao meio ambiente	
- Invasão das áreas de mangue	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente
	- Implantar uma política de preservação de dunas, falésias e mangues
- Legislação ambiental não atende às necessidades de proteção ao	- Revisar a legislação ambiental

meio ambiente	
- Dificuldade de discutir e formalizar ações metropolitanas	- Criar “espaços” para exposição e discussão dos projetos de intervenção.
- Não existência de um Plano Diretor Metropolitanano	- Elaborar planos diretores de forma regionalizada – Região Metropolitana (Saneamento Ambiental, Drenagem, Resíduos sólidos, dentre outros).
- Deficiência das unidades de conservação e parques ecológicos	- Identificar os projetos e propostas que visam a criação de unidades de conservação, parques, APAS, dentre outros
	- Lançar editais para apoio à preservação e educação ambiental
	- Criar projeto único de preservação e conservação para captação de recursos
	- Implantar conselhos gestores participativos das unidades de conservação
- Deficiência e falta de educação ambiental no ensino formal	- Reformular os currículos escolares, incluindo educação ambiental de forma transversal
	- Capacitar os professores e estruturar as escolas
	- Implantar a agenda 21
- Falta de regulamentação e fiscalização das áreas de preservação ambiental e recursos hídricos	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente - Reorientação política dos órgãos ambientais, tendo como prioridade a proteção ambiental
- Falta de aplicação das leis de uso e ocupação do solo.	
- Falta de implementação das propostas aprovadas nas conferências de meio ambiente	- Implementação por parte do Estado das propostas aprovadas nas conferências de meio ambiente
- Poluição sonora (empresas, instituições, fábricas, particulares, etc.)	- Responsabilizar os órgãos policiais e ambientais para fazer cumprir a lei
	- Maior ação ostensiva por parte dos órgãos competentes para coibir abusos
	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente
- Falta de política para tratamento adequado dos resíduos sólidos por parte dos município	- Criar usinas regionais e microrregionais de beneficiamento, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos
	- Criar cadeia produtiva de coleta e processamento de resíduos, incluindo catadores, eliminando atravessadores e realizando coleta seletiva, reutilização e reciclagem
- Devastação ambiental do litoral	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente

cearense por empreendimentos, principalmente: turismo, carnicultura e especulação imobiliária	- Delimitar e reordenar as áreas litorâneas e de marinha para o disciplinamento dos empreendimentos comerciais e turísticos tendo em vista sua relação com o uso e ocupação do litoral
- Centralização da política ambiental nas esferas estadual e federal	- Implantar o SISNAMA no estado e nos municípios - Revisar a legislação ambiental
- Enfraquecimento dos sistemas municipais de meio ambiente	
- Inexistência dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	
- Manejo inadequado das lagoas de estabilização.	- Ampliar o Sistema de Tratamento de esgotos, construir novas estações de tratamento, bem como manter uma fiscalização, monitoramento e manejo mais eficiente por parte da CAGECE
- Desmatamento florestal e queimadas	- Tornar a fiscalização mais eficiente para efetivamente cumprir a legislação
- Falta de integração dos órgãos no controle da qualidade e gerenciamento da água.	- Melhor integração entre os órgãos responsáveis, visando a redução da burocracia e esclarecimento de competências
- Deficiência no tratamento de esgoto doméstico e industrial	- Ampliar/implantar o sistema de saneamento, incluindo drenagem e tratamento de esgotos residenciais e industriais
- Falta de regulamentação fundiária para as populações tradicionais	- Identificar através de estudo as populações tradicionais e promover a regularização das áreas onde vivem essas populações
- Falta de política de preservação das falésias, dunas e manguezais	- Adequar as estruturas de fiscalização à demanda existente
- Falta de apoio à agricultura orgânica e peri-urbana	- Adotar o Projeto Mandala para agricultura familiar
- Falta de apoio ao turismo ecológico	- Desenvolver políticas voltadas ao turismo ecológico e de base comunitária
- Falta de acesso da população simples ao "MDL"	- Criar mecanismo para promover o acesso aos recursos do "MDL", através de projeto e programas locais
- Baixo investimento na geração de energias a partir de fontes renováveis	- Implantar projetos de geração de energias limpas

RELATOR: Clécio Freitas

IDÉIA – FORÇA: Gestão Ética, Eficiente e Participativa

ÁREA TEMÁTICA: Dimensão Político – Institucional do
Desenvolvimento Sustentável

TEMA CRÍTICO	PROPOSTAS DE AÇÕES
Falta de integração das políticas e ações de governo (esferas municipal, estadual e federal)	Criar uma agenda comum (União, Estado e Município) para o planejamento e execução dos planos, programas e projetos
	Criar uma agenda de compromissos para a cobrança de resultados
	Cria mecanismos de cooperação técnica entre o Fisco e demais áreas
Falta de uma política igualitária na destinação dos investimentos	Estabelecer critérios nas políticas de desenvolvimento social, econômico, humano e ambiental
	Fortalecimento da visão estratégica para o desenvolvimento do Estado
Distanciamento entre governo e sociedade	Melhor aproveitamento do potencial humano, técnico e científico da sociedade civil organizada
	Fortalecimento dos conselhos setoriais
Má utilização dos recursos públicos	Implantação do Orçamento Participativo
	Aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e execução dos gastos públicos de forma detalhada
	Publicização efetiva dos gastos públicos de forma contínua (em tempo real)
Burocracia	Efetivação do Programa Estadual de Desburocratização
Desvalorização do servidor público.	Capacitação continuada do servidor
	Implantação / melhoria dos PCC's
	Implantação da avaliação de desempenho